Ata da Sessão Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas, realizada aos quatorze dias do mês de junho de 2016, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteado, nº 1.331 - Centro**. Estiveram presentes: Titulares do Poder Público:** Angela Maria Bassora, Kelly R. Valvassoura Correia, Mariana Augusta Pereira dos Santos, Maria José Geremias, Walter Rhis, Ana Paula Rigobelo Farres. **Suplentes do Poder Público:** Margareth Montanhur, Elaine C.Garcia Ramos. **Titulares da Sociedade Civil:** Claudio R.Raizaro, Diego dos Santos Sampaio, Ruth Maria de Oliveira, Simone R.Zanelato. **Suplentes da Sociedade Civil:** Suely Martins Guirado, Tatiane F.S. Zamai, Lilian O.Rodrigues. Ausências justificadas são de Rodrigo Otávio Teixeira Neto, Tania M.Marcucci Oliveira, Maria Aparecida G.O.Modenesi Barbosa e Liselene C. da Cunha. Estiveram presentes os convidados: Marcelo de Souza Hermenegildo (APAE), Thaís S.Righetto (FEAC), Regina Celi da S. Rocha (SME) e Luiz Henrique P. Mendes (Comissão Proteção Básica). **PAUTA:** 1- Aprovação da ata de Maio de 2016: Ata aprovada com 08 votos favoráveis e 5 abstenções. 2- Apresentação da Comissão de Proteção Básica: Diego, coordenador da Comissão, apresenta as diretrizes da gestão anterior e, diante disto foi consensado pelos participantes atuais da Comissão que o trabalho deste ano seria com ênfase ao seminário de Educação Integral, para posteriormente reestudar as diretrizes para a Comissão ao longo do período. Luiz, um dos participantes desde 2014, aponta os desafios articulados entre as escolas da Rede Municipal e as Instituições quanto à Educação Integral, culminando com o Seminário, bem como a reflexão de mudança do nome da referida Comissão. Diego reforça que há preocupação com todas as demandas que a Comissão recebe ou pode estar inserida, pois é muito ampla. Consequentemente, no trabalho da execução do planejamento, vários fatores influenciam como o próprio nome, delimitação e papel da Comissão, alta rotatividade e assiduidade de membros. Salienta que devido amplitude é sugerido que tenha uma Comissão específica para tratar da Educação Integral. Outro problema identificado é a falta de uma pessoa que assuma a Secretaria para formar, inclusive, histórico da Comissão. Ressalta que a ideia do Plano de Trabalho é que aconteça até Julho/2016, além do que a provocação de que a Comissão atue com a prevenção, para que tenham ações antes e não recebam os problemas após os fatos terem acontecido ou problema instalado. Zezé observa que este é um assunto que já vem sendo avaliado, ou seja, é preciso investir mais em políticas de prevenção. Claudio complementa a discussão justificando que o grande papel das Comissões é justamente provocar o Colegiado do CMDCA, o que amplia o conhecimento das ações do próprio Conselho bem como a participação e a reflexão da política da criança e adolescente. 3- Apresentação do Plano Municipal de Educação: Regina Celi, representante da SME como parte da equipe de Monitoramento do Plano, observa a importância da participação neste espaço e que o Plano Municipal é uma reivindicação de vários educadores, porém não teve adesão como neste que, após a Conferência Nacional de Educação em 2010 o assunto foi abordado e que culminou na implantação da cultura do planejamento com a participação das comunidades educativas, população até chegar na discussão geral em nível municipal, estadual e fechar com o federal.

Assim, o Plano foi aprovado em 2014. Em Campinas o Fórum Municipal de Educação junto com Secretaria de Educação, realizou debates nas escolas, cinco pré-conferências regionais e em 2015 criada a Lei 15029 que aponta toda a política de educação que deve ocorrer no território de Campinas. Ressalta que infelizmente o CMDCA não participou da elaboração do Plano, porém, conforme a lei, o Conselho deve monitorar as ações do Plano. Logo, é necessário que o Plano seja estudado para que posteriormente seja elaborado um relatório a ser discutido com o Fórum e levado à Secretaria e Conselho da Educação Municipal, pois o importante é a execução e cumprimento do Plano. Regina coloca-se à disposição para colaborar com o CMDCA na execução do monitoramento. Claudio questiona se o Plano tem chegado às escolas e incluso nos Projetos Pedagógicos, o que Regina observa que todo setor da Secretaria da Educação está imbuído do cumprimento do Plano. Conselheira Margareth, no momento representante do Fórum, informa que a Pré-conferência de monitoramento do Plano de Municipal de Educação acontecerá em Abril/2017 nos NAEDs. 4- Indicação para compor o Comitê Gestor da Casa Maestro -Fundação Casa: Zezé ressalta que a Cida já foi indicada pelo CMDCA para participar de um Comitê e questiona o interesse de outros Conselheiros. Walter sugere que seja indagado à Fundação Casa o funcionamento, tal como dias de reuniões, periodicidade para posteriormente informar ao Colegiado e verificar interesse. 5- Projeto Básico referente contratação para realizar o Diagnóstico da Situação da Criança e Adolescente no Município: Zezé informa que desde o ano passado o CMDCA está verificando a possibilidade da contratação de uma pessoa externa para realização da pesquisa e diagnóstico, e posteriormente elaborar o Plano Decenal para envio ao Conanda. Porém, em função das várias mudanças ocorridas, ainda não foi possível a contratação e serviços decorrentes desta. Zezé detalha os itens apontados para as atividades que serão desenvolvidas pela pessoa a ser contratada, inclusive que a CPFL destinou R$ 150.000,00 para tal. Zezé sugere que Claudio verifique com a Feac sobre a possibilidade de começar os estudos com base nos planos existentes e dados do município. Assim, colocado em votação a aprovação do encaminhamento do projeto básico com as alterações propostas pela Executiva do CMDCA, o qual foi aprovado com 13 votos favoráveis. 6- Aprovação dos balancetes contábeis do FMDCA, dos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2016: Aprovados pela Comissão de Finanças e entregue para avaliação dos presentes. Assim, o Colegiado aprova com 12 votos favoráveis. 7- PECs sobre a redução da maioridade penal: Diego expõe que há um projeto sobre a redução que está para avaliação no Senado com parecer favorável da Comissão, porém a Secretaria dos Direitos Humanos aponta as deficiências existentes nesta PEC, bem como ofício de repúdio do Conanda, que são contrários a redução da maioridade penal. Assim, é questionado ao Colegiado se o CMDCA fará uma manifestação sobre o assunto. Claudio sugere que seja apresentado na próxima reunião um material (minuta) com proposta a ser publicada em DOM e encaminhar ao Senado. Diego reforça a ideia de ter roda de conversa com interessados diretos como Comissão de Medidas Socioeducativas, Conselho da Juventude, CMAS. Margareth sugere que seja criada uma nota do CMDCA e agregar aos outros. 8- Informes (passados para avaliação dos presentes):

Regulamentação da Equoterapia / Prot. 16/10/1984 / Remanejamento de despesas do CPTI e Fundação Jari / AEDHA: Funcionamento da Casa Lar – Unidade II / Zezé informa sobre o Simpósio da Garantia de Direitos que acontecerá em Caldas Novas de 21 a 24/junho/2016 com a participação de 5 Conselheiros Tutelares e 01 Conselheiro do CMDCA, custeado pelo FMDCA, que está para aprovação da SMCAIS. Eu, Angela Bassora, 1ª. Secretária, lavrei a presente ata.